



Processo Administrativo nº 13.632/2026

Processo de Compra nº 447/2026

Dispensa de licitação fundamentada pelo artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Indaiatuba, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 44.733.608/0001-09, com sede a Avenida Engº. Fábio Roberto Barnabé, nº 2800, Jd. Esplanada, Cep 13.331-900, Indaiatuba – S.P., por intermédio do Departamento de Compras, torna público que realizará chamada pública, com critério de julgamento **menor preço**, nos termos do Artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, Plano de Contratação Anual (PCA) – 2026, publicado na Imprensa Oficial do Município em 28 de novembro de 2025 – Edição nº 3451 e disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em 18 de novembro de 2025 – Código nº 8971, Portaria PGM (Procuradoria Geral do município) nº 2/2025, Decreto Municipal nº 15.456/2025 e demais exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Período para Apresentação das Propostas: Das 09:00h do dia 21/05/2026 às 08:59h do dia 26/05/2026

Dotação Orçamentária: 01.06.01.13.3921008.2001.3.3.90.30

1. – Objeto da Contratação Direta:

1.1 – O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação por dispensa de licitação para **Aquisição de Materiais destinados à Oficina de Artes Visuais do Polo Cultural Criarte**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso de contratação direta e seus anexos.

1.2 – A contratação será dividida em itens/lotos ou ocorrerá em item/lote único.

1.2.1 – Havendo mais de um item ou lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.



1.3 – O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. – Participação na Dispensa

2.1 – A participação na presente dispensa se dará mediante a utilização do Sistema de Compras da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, com acesso disponibilizado exclusivamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.1.1 – O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema de dispensa, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 – Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1 – Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2 – Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3 – Que se enquadrem nas vedações do artigo 14 da Lei nº 14.133/2021

2.2.4 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.3 – Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3. – Da Proposta de Preço

3.1 – A presente chamada pública ficará aberta por um período de 3 (três) dias úteis, a partir das 09:00h do 1º dia útil subsequente à data de divulgação, sendo encerrada automaticamente após o período indicado, e selecionada a(s) proposta(s) mais vantajosa(s).

3.2 – Não haverá etapa exclusiva para lances.

3.3 – O fornecedor interessado encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de compras da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, com acesso exclusivo via Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a proposta com a descrição do objeto ofertado e a marca



do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e horário estabelecidos para o fim de recebimento das propostas.

3.4 – Não serão aceitas propostas por quaisquer outros meios.

3.5 – O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.6 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.7 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta dispensa de licitação.

3.7.1 – Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor.

3.8 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4. – Julgamento das Propostas

4.1 – Encerrado o período de encaminhamento das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação.

4.2 – As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital, serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.3 – No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.4 – Havendo valores iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5 – Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor valor registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.6 – Imediatamente após o término do prazo estabelecido, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos valores pelo sistema, em ordem crescente de classificação.



4.7 – Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada.

5. – Habilitação

5.1. – Quando comunicado, via e-mail, será concedido ao fornecedor(es) de melhor(es) oferta(s), o prazo de 24 (Vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir do encaminhamento do e-mail, para apresentação dos documentos de habilitação.

5.1.2 – Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste aviso de contratação direta.

5.1.3 – É dever do fornecedor atualizar previamente os documentos para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.1.4 – O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.1.5 – Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste aviso de contratação direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação, sob pena de inabilitação.

5.1.6 – Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.1.7 – A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

5.1.8 – Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. – Dos Documentos:

6.1 – Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – Cartão CNPJ;

6.2 – Contrato Social em Vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de



eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

- 6.3 – Certidão Negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.4 – Certidão Negativa de débitos do Município Sede da empresa (CND Municipal);
- 6.5 – Certidão de Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- 6.6 – Certidão Negativa de débitos junto ao FGTS;
- 6.7 – Certidão Negativa de débitos Trabalhistas (CNDT);
- 6.8 – Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou do representante da entidade (RG);
- 6.9 – Atestado de Capacidade Técnica;
- 6.10 – E demais documentos constantes no Termo de Referência, se houver.

7. – Do pagamento

7.1 – O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, mediante apresentação da nota fiscal e atesto do setor competente.

7.2 – A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. – Das Disposições Gerais:

8.1 – Poderá a Prefeitura revogar a presente dispensa, no todo ou parcialmente, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente.

8.2 – A prefeitura deverá anular a presente dispensa, no todo ou parcialmente, sempre que houver ilegalidade, de ofício ou por provocação.

8.3 – A anulação do procedimento de dispensa pública, não gera direito à indenização.

8.4 – O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

8.5 – No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:



- 8.5.1** – Republicar o presente aviso com uma nova data;
- 8.5.2** – Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
- 8.5.3** – Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 8.6** – As providências dos subitens 8.5.1 e 8.5.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 8.7** – Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste aviso de contratação direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 8.8** – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens encaminhadas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.9** – Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília – DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e documentação relativa ao procedimento.
- 8.10** – No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 12, III e art. 64, da Lei nº 14.133/21.

9. – Do local de entrega

- 9.1** – Os produtos e/ou serviços, objeto deste termo, deverão ser entregues no local indicado na ordem de fornecimento, no município de Indaiatuba - SP.
- 9.2** – Será de responsabilidade da contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços ou encargos sociais, inclusive, despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos dos serviços prestados.

10. – Das Sanções



10.1 – Nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- A) – Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho;
- B) – Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C) – Dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
- D) – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- E) – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- F) – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- G) - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- A) – O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso;
- B) – As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto multas escalonadas por datas, e multa por advertência;
- C) – No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase de defesa prévia, o Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, integral ou parcialmente, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

Orientações sobre a retenção de imposto de renda



Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

Instrução Normativa Rfb Nº 1234, De 11 De Janeiro De 2012
Instrução Normativa Rfb Nº 2145, De 26 De Junho De 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço, destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna "IR (02)" do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

Indaiatuba, 18 de maio de 2026.

Pedidos de esclarecimentos: Silvia Moller

Endereço Eletrônico: silvia.moller@indaiatuba.sp.gov.br

Telefone: (19) 3835-9714



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

Secretaria Municipal de Cultura

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais destinados as oficinas regulares de Artes Visuais da Secretaria Municipal de Cultura, conforme especificações técnicas e quantitativas constantes neste instrumento.

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação será realizada com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, transparência, eficácia, sustentabilidade e interesse público.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição dos materiais para a Secretaria Municipal de Cultura justifica-se pelos seguintes motivos:

- Garantir a continuidade do processo, os materiais são essenciais para atender às demandas atuais e futuras, otimizando o tempo e aumentando a produtividade;
- Redução de desperdício;reduzem o desperdício e o retrabalho.
- Materiais novos e diferentes permitem criar peças exclusivas e inovadora.
- Substituição de materiais antigos que se encontram desgastados.

4. QUANTITATIVOS ESTIMADOS

4.1. Os materiais devem ser utilizados de acordo com os padrões de uso institucional, conforme unidades abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

Secretaria Municipal de Cultura

UNIDADE	QUANTIDADE	ITEM	DESCRIÇÃO
UNIDADE	20	PINCEL CHANFRADO REF: 427 12 PARA: TECIDO, ARTESANATO, CERÂMICA, ACRÍLICA.	PINCEL CHANFRADO REF: 427 12 PARA: TECIDO, ARTESANATO, CERÂMICA, ACRÍLICA. PêLO/CERDAS: PêLO SINTÉTICO. CABO: CURSO DE MADEIRA NA COR CREME VIOLA: ALUMINIO. FORMATO: CHANFRADO ANGULAR PINCEL REF: 409 0 PARA: PARA ACABAMENTO. PêLO/CERDAS: PêLO SINTÉTICO DOURADO. CABO: CURTO DE MADEIRA NA COR VINHO. VIOLA: ALUMÍNIO. FORMATO: REDONDO
UNIDADE	20	PINCEL CHANFRADO REF: 427/08	PINCEL CHANFRADO REF: 427/08 PINCEL CHANFRADO REF: 427 08 PARA: TECIDO, ARTESANATO, CERÂMICA, ACRÍLICA. PêLO/CERDAS: PêLO SINTÉTICO. CABO: CURSO DE MADEIRA NA COR CREME. VIOLA: ALUMINIO. FORMATO: CHANFRADO ANGULAR.
UNIDADE	20	PINCEL FILETE 02 Pincel filete; tamanho n° 2; cabo curto; virola em alumínio; formato redondo; usado em metal, E.V.A. madeira.	PINCEL FILETE 02 Pincel filete; tamanho n° 2; cabo curto; virola em alumínio; formato redondo; usado em metal, E.V.A. madeira.
UNIDADE	30	PINCEL FILETE N° 0; CABO LONGO	PINCEL FILETE N° 0; CABO LONGO PINCEL FILETE; TAMANHO N°0; CABO LONGO; VIOLA EM ALUMINIO; FORMATO REDONDO; USADO EM METAL; E.V.A, MADEIRA
UNIDADE	30	PINCEL PARA ARTESANATO; FORMATO REDONDO; CERDA BRANCA; TAMANHO 4 Pincel para pintura em artesanato; tamanho 4 formato redondo; cerda branca importada; cabo curto de madeira; virola de alumínio; uso em estamparia, tecido, madeira ;	PINCEL PARA ARTESANATO; FORMATO REDONDO; CERDA BRANCA; TAMANHO 4 Pincel para pintura em artesanato; tamanho 4 formato redondo; cerda branca importada; cabo curto de madeira; virola de alumínio; uso em estamparia, tecido, madeira ;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

Secretaria Municipal de Cultura

UNIDADE	20	PINCEL PARA ARTESANATO; PONTA CHANFRADA; TAMANHO 16; CABOLONGO DE MADEIRA;	PINCEL PARA ARTESANATO; PONTA CHANFRADA; TAMANHO 16; CABOLONGO DE MADEIRA; Pincel para pintura em artesanato ; ponta chanfrada; tamanho 16; cabo longo de madeira; virola de aluminio; formato chanfrado angular
UNIDADE	20	PINCEL PARA PINTURA ARTISTICA, COM PELO DE CERDA, CABO LONGO; CHATO Nº 20	PINCEL PARA PINTURA ARTISTICA, COM PELO DE CERDA, CABO LONGO; CHATO Nº 20 PINCEL PARA PINTURA ARTISTICA, COM PELO DE CERDA, CABO LONGO, FIXAÇÃO EM ALUMINIO, CHATO, Nº20
UNIDADE	20	PINCEL PARA PINTURA ARTISTICA, COM PELO DE CERDA, CABO LONGO; CHATO Nº14	PINCEL PARA PINTURA ARTISTICA, COM PELO DE CERDA, CABO LONGO; CHATO Nº14 PINCEL PARA PINTURA ARTISTICA, COM PELO DE CERDA, CABO LONGO, FIXAÇÃO EM ALUMINIO, CHATO, Nº14
UNIDADE	20	PINCEL PARA PINTURA ARTISTICA, Nº 16, CHATO, PELO DE CERDA.	PINCEL PARA PINTURA ARTISTICA, Nº 16, CHATO, PELO DE CERDA. PINCEL PARA PINTURA ARTISTICA, COM PELO DE CERDA, CABO LONGO, FIXAÇÃO EM ALUMINIO, CHATO, Nº16.
UNIDADE	20	PINCEL PARA PINTURA, PELO MARTA; N 24	PINCEL PARA PINTURA, PELO MARTA; N 24 PINCEL PARA PINTURA; COM PELO MARTA;TROPICAL; CABO LONGO DE MADEIRA; NO FORMATO CHATO; NUMERO 24
UNIDADE	20	PINCEL PARA PINTURA; FORMATO CHATO; CABO LONGO; Nº 10	PINCEL PARA PINTURA; FORMATO CHATO; CABO LONGO; Nº 10 PINCEL PARA PINTURA; FORMATO CHATO, PELO ORELHA DE BOI, CABO LONGO MADEIRA, VIROLA ALUMINIO, NUMERO 10; PINTURA ARTISTICA OLEO/ACRILICA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

Secretaria Municipal de Cultura

UNIDADE	20	PINCEL PARA PINTURA;FORMATO CHATO; CABO LONGO; N° 24	PINCEL PARA PINTURA;FORMATO CHATO; CABO LONGO; N° 24 PINCEL PARA PINTURA; FORMATO CHATO, PELO ORELHA DE BOI, CABO LONGO MADEIRA, VIROLA ALUMINIO, PINTURA ARTISTICA OLEO/ACRILICA.
UNIDADE	20	PINCEL PARA PINTURA;FORMATO CHATO; CABO LONGO; N° 18	PINCEL PARA PINTURA;FORMATO CHATO; CABO LONGO; N° 18 PINCEL PARA PINTURA; FORMATO CHATO, PELO ORELHA DE BOI, CABO LONGO MADEIRA .VIROLA ALUMINIO, NUMERO 18; PARA PINTURA ARTISTICA OLEO/ACRILICA.
UNIDADE	20	PINCEL REDONDO LINER REF 755 N° 2/0	PINCEL REDONDO LINER REF 755 N° 2/0 FORMATO: LINER, CABO: CURTO DE MADEIRA EM FORMATO CILÍNDRICO, PELO/CERDA: CERDA NYLON DE DOIS TONS; MEDIDAS APROXIMADAS: 2/0-1 MM
UNIDADE	20	PINCEL REDONDO PITUA REF 462 N° 00	PINCEL REDONDO PITUA REF 462 N° 00 Pincel Redondo Pitua com Cerda branca, - Virola de alumínio - ref 462 n° 00
UNIDADE	20	SEMI PAINEL 50X100 PARA PINTURA; ESPESSURA APROX. 1,8CM;	SEMI PAINEL 50X100 PARA PINTURA; ESPESSURA APROX. 1,8CM;Tela semi painel para pintura a oleo, medindo 50x100cm, em madeira com espessura de até 1,8cm; tecido branco
UNIDADE	20	SEMI PAINEL 50X70 PARA PINTURA;;ESPESSURA APROX. 1,8CM;	SEMI PAINEL 50X70 PARA PINTURA;;ESPESSURA APROX. 1,8CM; Tela semi painel para pintura a oleo, medindo 50x70cm, em madeira com espessura de até 1,8cm; tecido branco
UNIDADE	20	SEMI PAINEL 60X80 PARA PINTURA;ESPESSURA APROX. 1,8CM;	SEMI PAINEL 60X80 PARA PINTURA;ESPESSURA APROX. 1,8CM; Tela semi painel para pintura a oleo, medindo 60x80cm, em madeira com espessura de até 1,8cm; tecido branco



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

Secretaria Municipal de Cultura

UNIDADE	20	SEMI PAINEL 70X70 PARA PINTURA; ESPESSURA APROX. 1,8CM	SEMI PAINEL 70X70 PARA PINTURA; ESPESSURA APROX. 1,8CM Tela semi painel para pintura a oleo, medindo 70x70cm, em madeira com espessura de até 1,8cm; tecido branco
UNIDADE	20	TELA PARA PINTURA ARTISTICA MEDINDO 30 X 30CM; TECIDO EM DE ALGODAO CRU	TELA PARA PINTURA ARTISTICA MEDINDO 30 X 30CM; TECIDO EM DE ALGODAO CRU TELA PARA PINTURA ARTISTICA MEDINDO 30 X 30CM; TECIDO EM DE ALGODAO CRU; IDEAL PARA PINTURA COM TINTA OLEO; ACRILICA E TEXTURIZAÇÃO

5.5. CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ACEITAÇÃO

Os materiais serão aceitos com base nos seguintes critérios:

Qualidade dos pincéis: Os pincéis devem ser de boa qualidade, com cerdas firmes, bem fixadas ao cabo, sem desprendimento ou deformações.

Qualidade das telas: As telas devem apresentar superfície uniforme, bem esticadas e fixadas ao chassi, sem ondulações, rasgos ou imperfeições.

Acabamento e materiais: Os materiais devem possuir acabamento adequado, com cabos de pincéis resistentes e telas com preparação (primer) apropriada para pintura artística.

Dimensões: Os pincéis e telas devem possuir dimensões compatíveis com as especificações solicitadas no projeto.

Condições de conservação: Os materiais devem estar limpos, sem sinais de umidade, mofo, deformações ou danos que comprometam seu uso.

6. PRAZO DE ENTREGA

6.1. O prazo de entrega dos materiais deverá ser de no máximo 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

Secretaria Municipal de Cultura

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de 10 (dez) dias após a emissão e o recebimento da Nota Fiscal, condicionada à entregas dos Camiseta, atestada por servidor municipal designado para este fim.

A despesa correrá à conta da seguintes Dotações Orçamentárias:

01.06.01.13.3921008.2001.3.3.90.30

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A gestão e fiscalização será realizadas pelos servidores, designados pela Secretaria Municipal de Cultura, DONIZETI APARECIDO FRAGOSO como gestor e CRISTIAN WELLINGTON RAMOS como fiscal, que acompanhará a execução da entrega dos materiais, garantindo o cumprimento das obrigações e a qualidade da mercadoria entregue.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência, eficiência e legalidade no processo de contratação.

Indaiatuba, 15 de abril de 2026



AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

Processo Administrativo nº 13.632/2026 - Secretaria Municipal de Cultura

Objeto: Aquisição de Materiais destinados à Oficina de Artes Visuais do Polo Cultural Criarte.

Considerando os documentos constantes nos autos, e a demonstração de reserva orçamentária (Dispensa do parecer jurídico PGM nº 2 de 06/06/2025), **AUTORIZO** a execução do objeto do Processo Administrativo nº 13.632/2026, de Dispensa de Licitação, nos termos do Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado os demais trâmites legais.

Indaiatuba, 18 de maio de 2026.

Custódio Tavares Dias Neto

Prefeito